

CONSULTA DO PRESIDENTE DO G-20 AOS PAÍSES DE BAIXA RENDA

Londres, Reino Unido, 17 de Agosto de 2009

Representantes de 13 Governos de países de baixa renda reuniram-se a 17 de Agosto em Londres, como parte da consulta realizada pelo Governo britânico, para a revisão solicitada pelos líderes na Cimeira do G-20 sobre a melhoria da adaptabilidade e da reacção das IFI. O encontro foi patrocinado pelo Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional e aberto por Michael FOSTER, Subsecretário de Estado para o Desenvolvimento Internacional. O encontro foi facilitado pela Development Finance International (DFI) e pelo Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (ODI).

Os países saudaram as recentes reformas nas políticas, nos instrumentos e no comportamento das Instituições de Bretton Woods (IBW), mas apresentaram mais recomendações importantes para melhorar a adaptabilidade e a reacção do FMI e do Banco Mundial aos países de baixa renda, assim como nos seus papéis na arquitectura global.

Londres, 17 de Agosto de 2009

1) O Papel do FMI nos Países de Baixa Renda

1.1 Condicionalidades/Política Orientada para o Crescimento

Os países exortaram a uma maior transparência na aprovação de programas e em decisões de concessão de crédito pela Direcção-Geral e pelo Conselho do Fundo e que estas se baseassem em razões económicas técnicas e não em intervenções políticas por membros do Conselho.

Os países saudaram a maior flexibilidade da assessoria da política fiscal prestada pelo Fundo em alguns países, proporcionando espaço para estímulo fiscal ou protecção contra a crise. Insistiram que este espaço fiscal ficasse aberto mais permanentemente para satisfazer as necessidades PBR de gastos de grande escala para cumprir os objectivos de desenvolvimento nacionais e os ODM. Contudo, sugeriram que em muitos países ainda havia um foco na redução do défice fiscal, embora isto não se enquadrasse com a aplicação de pacotes de estímulo fiscal dos membros do G-20. Insistiram que a base para a concepção de programas do Fundo fosse as potenciais fontes de crescimento acelerado e que as políticas fiscal e monetária fossem abrandadas durante e após períodos de crise, em que estas são necessárias para promover o crescimento e possíveis sem comprometer a estabilidade macroeconómica.

Os países também exortaram que o Fundo, ao conduzir a vigilância global, dedicasse mais atenção às barreiras globais que constroem o crescimento dos países de baixa renda, tais como classificações de crédito, despesas de embarque/frete/transporte/seguros e falta de crédito comercial e financiamento do sector privado mesmo em períodos não-crise. Isto também requer maior foco em programas do Fundo no desenvolvimento de sistemas financeiros locais.

Também saudaram o abrandamento das condicionalidades estruturais, mas insistiram que se continuasse a reduzir o número de condições até às críticas para o crescimento nacional e que se evitassem medidas prévias sempre que possível. Além disso, exortaram o Fundo a reexaminar toda a sua base para a concepção de programas, afastando-se da abordagem "tamanho único" para permitir um papel mais activo aos governos nos casos onde isto fosse essencial para facilitar o crescimento orientado para o sector privado, proporcionado desse modo aos países mais espaço de políticas globais para conseguir resultados de crescimento, redução da pobreza e emprego usando políticas heterodoxas.

Os países destacaram os problemas que o Fundo enfrenta ao operar com países a passar por ou a emergir de crises políticas ou conflitos. Exortaram-no a adaptar a sua assessoria de políticas muito mais estreitamente às circunstâncias nacionais para estes países, especialmente proporcionando espaço para gastos com a reconstrução e reconciliação nacionais, certificando-se de que as condicionalidades eram realistas, dado um grau mais elevado de instabilidade política, e continuando a fornecer fundos sempre que possível durante crises a fim de minimizar riscos de futuras crises e conflitos.

No âmbito da flexibilidade fiscal, discutiu-se que o Quadro de Sustentabilidade da Dívida-PBR deverá ser tornado mais flexível para reflectir necessidades de financiamento para as infra-estruturas e o crescimento, o impacto positivo do endividamento no crescimento (especialmente para projectos de alta rentabilidade que terão um grande impacto no crescimento) e o potencial para financiamento menos concessional e não-concessional,

**CONSULTA DO PRESIDENTE DO G-20 AOS PBR SOBRE A FLEXIBILIDADE E A ADAPTABILIDADE
DAS IFI**

Londres, 17 de Agosto de 2009

particularmente concedido por credores não-OCDE. Também precisa de abandonar ou reduzir limites mínimos do elemento de donativo em programas, especialmente para países com baixo risco de dívida insustentável. Observou-se que está em curso uma revisão do QSD no Banco e no Fundo que será reportada às Assembleias Anuais.

1.2 Mecanismos/Instrumentos/Procedimentos/Governança

Os países saudaram a simplificação dos mecanismos do FMI para PBR e exortaram o Fundo a aplicá-los rapidamente nos países. Contudo, observaram que os procedimentos do Fundo para missões e aprovação eram demasiado lentos para permitir uma resposta suficientemente rápida à crise e exortaram o Fundo a aumentar a sua celeridade nas respostas, incluindo através da colocação de mais quadros para trabalharem com PBR.

Os países frisaram que o impacto fundamental das crises é nos seus orçamentos, mas os instrumentos do FMI não estão fundamentalmente adaptados para ajudarem a satisfazer as necessidades fiscais (e não da balança de pagamentos). Exortaram à mobilização de recursos do FMI e de outros para satisfazer primariamente as suas necessidades fiscais e os défices de financiamento e proteger os gastos relacionados com os ODM.

Os países sublinharam que a “bifurcação” acentuada dos instrumentos e recursos do FMI entre PBR e PRMB implicava que os países que se graduavam do estatuto PBR enfrentavam uma transição demasiado rápida para condicionalidades mais altas, menos foco no crescimento e na redução da pobreza e recursos mais onerosos. Insistiram para que não se penalizasse o êxito e que houvesse uma transição mais gradual em termos de condicionalidades, teor e custos dos recursos, e especialmente um foco contínuo no crescimento e na redução da pobreza.

No contexto de um maior fluxo de rendimentos por parte do FMI para o seu crédito, os países pediram encarecidamente que se pagassem a Assistência Técnica do FMI e a formação ministrada a PBR a partir dos recursos do Fundo e que se abandonasse a necessidade de os PBR as pagarem ou de os doadores as financiarem separadamente. Contudo, também insistiram que a AT FMI focasse muito mais o fortalecimento da capacidade institucional a longo prazo e facilitasse trocas directas de aprendizagens entre os PBR em vez de diagnósticos e formação a curto prazo.

Os países saudaram a decisão do Fundo de suspender o encerramento de uma série de missões residentes nos países que não tenham programas activos do Fundo. Acentuaram a importância de as manter em aberto, especialmente dados os maiores fluxos de recursos do Fundo do seu novo crédito, para que o Fundo possa desempenhar as suas funções de diálogo e assessoria de políticas, mesmo quando não houver uma relação de concessão de crédito activa. Contudo, também frisaram que a descentralização só era útil quando era acompanhada de poderes e competência genuínos para escutar os Governos, adaptar as políticas às realidades locais e consultar as partes interessadas locais.

Os países acentuaram que o comportamento do Fundo era em grande medida determinado pela sua estrutura de governança, devendo-se por isso continuar as reformas de governança para conceder mais voz aos países menos avançados, de baixa renda e de renda média mais baixa mais pequenos e para assegurar uma selecção transparente da Direcção-Geral sénior do Fundo.

**CONSULTA DO PRESIDENTE DO G-20 AOS PBR SOBRE A FLEXIBILIDADE E A ADAPTABILIDADE
DAS IFI**

Londres, 17 de Agosto de 2009

Os países sugeriram que se recrutassem mais quadros do Fundo de PBR, mas também que todos os quadros do Fundo, independentemente da nacionalidade, fossem recrutados por uma experiência a nível sénior das realidades PBR e não com base em qualificações académicas e estudos das economias OCDE. Também acentuaram a necessidade de reformar as estruturas de promoção do FMI a fim de proporcionar maior continuidade dos quadros a operarem em países de baixa renda e de liderança e formação pela Direcção-Geral, que assegurasse a implementação consistente das reformas em todos os países.

1.3 Recursos/Concessionalidade

Embora saudassem o aumento dos recursos do FMI, os países acentuaram que os próprios recursos do FMI para PBR (e de um modo geral) eram insuficientes. Os recursos disponibilizados a países individuais também são excessivamente limitados por quotas, especialmente para países mais pequenos, devendo portanto a disponibilidade de recursos ser de preferência desvinculada das quotas e adaptada às necessidades dos países com base na escala de choques que estes sofreram.

No entanto, salvo mais um grande aumento dos recursos do FMI, o seu papel-chave reside em catalisar fundos através do seu papel de sinalização, especialmente para países frágeis/pós-conflito que não conseguem mobilizar recursos nacionais. Os países exortaram o Fundo a desempenhar um papel catalítico muito mais activo na promoção dos êxitos dos países de baixa renda e em ajudá-los a mobilizar fluxos de recursos externos do sector privado e público para apoiar o seu desenvolvimento.

Os países exortaram à rápida implementação da afectação de DES para reforçar os seus níveis de reservas. Contudo, também estavam interessados em que os recursos do Fundo fossem - na medida máxima possível - usáveis para respostas fiscais à crise e não apenas para aumento das reservas. Neste contexto, os DES deverão ser mais facilmente usáveis para efeitos fiscais. Os países também exortaram o G-20 e outros países desenvolvidos a reafectar os seus DES voluntariamente para PBR para lhes proporcionarem um maior fundo comum de recursos.

Os países sugeriram que os fundos de reservas regionais e as linhas de crédito de governos e bancos centrais vizinhos se tinham revelado ser muito mais rápidos, maiores e menos sujeitos a pressões políticas ou condicionalidades que o apoio do FMI e exortaram o G-20 a apoiar o desenvolvimento desses mecanismos.

2) O Papel do Banco Mundial nos Países de Baixa Renda

2.1 Coerência Geral

Os países saudaram o papel útil e apropriado do Banco Mundial no apoio ao desenvolvimento internacional, a força dos programas do Banco Mundial em várias áreas de desenvolvimento e o papel de liderança dos corpos gerentes do Banco Mundial mais recentemente na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento. Contudo, sugeriu-se que o Banco Mundial tinha sido menos sensível na sequência da crise e as suas acções menos visíveis que as do FMI e de outras instituições regionais, especialmente em África, embora o contrário tenha sido o caso na América Central. Sugeriu-se que o Banco Mundial, e a AID em particular, tivessem uma janela de crise para que a AID pudesse responder de forma adequada e rápida em períodos de crises. Além do mais, sugeriu-se

**CONSULTA DO PRESIDENTE DO G-20 AOS PBR SOBRE A FLEXIBILIDADE E A ADAPTABILIDADE
DAS IFI**

Londres, 17 de Agosto de 2009

uma maior clarificação quanto à gama de instrumentos disponíveis assim como ao processo de acesso a estes, porque os países sentiam que tinha havido uma má divulgação de informações e discussão dos novos mecanismos estabelecidos para responder à crise financeira.

Em comparação com o Banco Mundial, os países sentiam que as instituições regionais incluindo os bancos regionais tinham respondido com maior eficácia à crise, em grande medida porque a sua resposta tinha sido mais oportuna/atempada. Os países reconheceram a força das instituições regionais – a sua flexibilidade, a sua reacção e os seus conhecimentos regionais – e os benefícios de uma maior regionalização. Contudo, os países acentuaram a necessidade de esta área, e em particular as instituições regionais, serem financiadas adequadamente. Os países indicaram que uma maior parceria e coordenação entre o Banco Mundial e as instituições regionais seriam vantajosas. Além disso, sugeriu-se que seria útil se o Banco Mundial pudesse desenvolver instrumentos em colaboração com as instituições regionais para incentivar a integração regional assim como explorar os conhecimentos regionais e a reacção oportuna/atempada das instituições regionais.

O efeito de doadores emergentes foi frequentemente discutido durante toda a consulta e sugeriu-se que seria muito útil se houvesse um diálogo entre o Banco Mundial e doadores existentes e emergentes acerca do custo total do crédito concedido a países parceiros.

2.2 Desembolso Antecipado, Flexibilidade e Alavancagem

Os países reportaram experiências mistas relativas à oportunidade da resposta do Banco Mundial a crises. Alguns países tinham recebido apoio financeiro muito rapidamente, enquanto outros indicaram que o apoio do Banco Mundial tinha sido lento. Sugeriu-se que embora o Banco Mundial responda rapidamente a crises, o desembolso efectivo de apoio financeiro é frequentemente muito lento.

Em termos da afectação de recursos, sugeriu-se que o financiamento do Banco Mundial fosse afectado a áreas de maior necessidade e com condições que sejam rapidamente passíveis de realizar e implementar. Sugeriu-se que o Banco Mundial parece colocar maior ênfase em procedimentos correctos do que na entrega e no cumprimento atempados. Sugeriu-se que os requisitos para a aprovação de projectos são muito diferentes para países de renda média comparados com países de baixa renda e as condicionalidades não são frequentemente apropriadas ou práticas, dadas as características dos países. Além disso, sugeriu-se que o processo de aprovação dos programas é muito intensivo de recursos para países parceiros, devendo ser simplificado.

Sugeriu-se que o Quadro de Sustentabilidade da Dívida fosse revisto e adaptado para facilitar melhor as tentativas dos governos de financiar as necessidades básicas dos seus cidadãos.

Os países também sugeriram que saudariam mais ajuda no que respeita a parceiras público-privadas.

2.3 Afectação/Adaptação aos Países

Os países sentiam que o processo de afectação da AID com o índice APIP como base para

**CONSULTA DO PRESIDENTE DO G-20 AOS PBR SOBRE A FLEXIBILIDADE E A ADAPTABILIDADE
DAS IFI**

Londres, 17 de Agosto de 2009

decisões de afectação de recursos deverá ser revisto e melhorado. Os países sugeriram que o processo de afectação da AID não é particularmente transparente e os critérios em que os resultados APIP se baseiam não são particularmente transparentes, objectivos ou consistentes. Sugeriu-se que a APIP fosse alargada para examinar o desempenho de sistemas do governo para além daquilo que se considera serem apenas 'insumos'.

Os países acentuaram que a apropriação dos países deverá ser mais central aos programas do Banco Mundial. Sugeriu-se que isto poderá ser cumprido de forma mais significativa, aceitando sistemas do governo que estejam a desempenhar de forma adequada. Além disso, os países sugeriram que os programas do Banco Mundial muitas vezes reflectem prioridades e estrangimentos de recursos do Banco Mundial em vez das prioridades dos países parceiros. Este ponto foi levantado com frequência com referência à priorização perceptível do Banco Mundial do investimento social ao investimento infra-estrutural – este último muitas vezes considerado uma prioridade chave dos países parceiros.

Os países sugeriram que os instrumentos do Banco Mundial deverão ser adaptados de forma mais apropriada às necessidades dos países individuais, incluindo as necessidades dos países pós-conflito, e incluir instrumentos que possam responder rapidamente às necessidades de despesas dos países individuais, incluindo países pós-conflito.

Os países apoiaram a medida tomada pelo Banco Mundial para aumentar a presença dos países e isto foi citado como razão do êxito de alguns programas. Contudo, sentia-se que a descentralização dos recursos humanos precisava de ter lugar juntamente com a descentralização da autoridade.

2.4 Sector Privado e Financiamento de Infra-Estruturas

Os países reconheceram que a prestação de apoio ao sector privado pelo Banco Mundial é útil e que os países beneficiaram de instrumentos SFI. Contudo, sentiam que o trabalho do sector privado efectuado pelo Banco Mundial não teve tanto êxito como os programas da AID e que a SFI não é suficientemente sensível e flexível. As razões citadas para isto incluíam a opinião que os mecanismos da SFI tendem a ser adaptados no sentido de países com melhor capacidade para aceder aos fundos e com diferenciação mínima de intervenções de acordo com os limites de acesso do tamanho do país. Sugeriu-se que um mecanismo para refinanciamento ou capitalização das instituições, incluindo Bancos, seria útil.

Os países saudaram a concepção de programas de redes de segurança, mas acentuaram que a oportunidade dos desembolsos seria fundamental ao seu êxito.

3) O Papel Global do FMI e do Banco Mundial

Os países acentuaram a importância de se resolverem aspectos de coordenação macroeconómica global para PBR – tendo os impactos neles sido severos e havendo conseqüentemente um interesse criado nas economias mais avançadas na sequência de uma política macroeconómica responsável.

**CONSULTA DO PRESIDENTE DO G-20 AOS PBR SOBRE A FLEXIBILIDADE E A ADAPTABILIDADE
DAS IFI**

Londres, 17 de Agosto de 2009

Os países concordaram com a necessidade de tracção da assessoria de políticas com respeito às economias avançadas e levantaram questões sobre como assegurar que qualquer sistema funcionaria com eficácia. Reconheceu-se que isto seria estimulante.

Houve consenso geral quanto à necessidade de aumentar a capacidade do FMI para prestar assessoria de políticas. Muitos países reconheceram que o Fundo tinha um papel potencialmente muito útil a desempenhar aqui, mas que se mantinham as debilidades na colocação dos quadros e uma flexibilidade limitada para tomar em conta as diversas necessidades dos países.

Os países também sentiam que poderá haver necessidade de maior flexibilidade na assessoria do FMI quanto a défices fiscais, reconhecendo a importância que as políticas fiscais anticíclicas tiveram durante a actual crise. As circunstâncias macroeconómicas dos países individuais eram importantes, mas havia potencialmente uma falta de harmonia entre a assessoria de políticas fiscais do FMI para governos de países em desenvolvimento e para economias mais avançadas a executar políticas de estímulo fiscal durante o actual declínio. Os países questionaram se as recentes alterações na assessoria fiscal do FMI aos PBR em resposta à crise significavam uma mudança de comportamento permanente.

Os países discutiram sucintamente o impacto das flutuações dos preços das mercadorias nos países em desenvolvimento e se havia um potencial papel para as IFI manterem a estabilidade das mercadorias nos mercados mundiais. Reconheceu-se que essa maneira de pensar ainda se encontra na sua fase inicial. Alguns países sentiam que este seria um papel difícil para o FMI desempenhar e à margem das suas atribuições básicas.